

EVOLUÇÃO DO ICMS EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO: ANÁLISE COMPARATIVA DA CONTRIBUIÇÃO DA EÓLICA E DEMAIS SETORES ECONÔMICOS

Autora: Rosemari Rodrigues Suarez

Orientador: João Garibaldi Almeida Viana

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução do ICMS de Sant'Ana do Livramento de 2011 a 2015. A pesquisa justifica-se pois o ICMS é uma das principais origens de receita para todos os Estados brasileiros, essa receita é fundamental para a estabilidade financeira na ampla maioria das cidades, principalmente as que estão localizadas no Rio Grande do Sul. A pesquisa teve um caráter descritivo, com abordagem quantitativa. A fonte dos dados foi a Secretaria da Fazenda de Santana do Livramento e para a análise dos dados utilizou-se a técnica de estatística descritiva. O repasse de ICMS de Sant'Ana do Livramento apresentou uma elevação significativa no período de 2011 a 2015. Os setores de Comércio Supermercados, Eólica e Comércio Combustíveis somam aproximadamente 62% do ICMS do município no período. No ano de 2015 o repasse de ICMS da Eólica ultrapassou o setor comércio – supermercados, tornando-se a principal arrecadação do município de Santana do Livramento, com aproximadamente 30% do total arrecadado. Para estudos futuros recomenda-se uma pesquisa para analisar como o aumento de receita foi utilizado na gestão pública municipal e seu impacto em melhorias (ou não) no município.

Palavras-chave: Gestão pública, Impostos, Planejamento.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la evolución del ICMS de Sant'Ana del Livramento de 2011 a 2015. La investigación se justifica pues el ICMS es uno de los principales orígenes de ingresos para todos los Estados brasileños, ese ingreso es fundamental para la estabilidad financiera en la amplia mayoría de las ciudades, principalmente las que están ubicadas en Rio Grande do Sul. La investigación tuvo un carácter descriptivo, con abordaje cuantitativo. La fuente de los datos fue la Secretaría de Hacienda de Santana do Livramento y para el análisis de los datos se utilizó la técnica de estadística descriptiva. El traspaso de ICMS de Sant'Ana do Livramento presentó una elevación significativa en el período de 2011 a 2015. Los sectores de Comercio Supermercados, Eólica y Comercio Combustibles suman aproximadamente el 62% del ICMS del municipio en el período. En el año 2015 el traspaso de ICMS de la Eólica sobrepasó el sector comercio - supermercados, convirtiéndose en la principal recaudación del municipio de Santana do Livramento, con aproximadamente el 30% del total recaudado. Para estudios futuros se recomienda una investigación para analizar cómo el aumento de ingresos fue utilizado en la gestión pública municipal y su impacto en mejoras (o no) en el municipio.

Palabras clave: Gestión pública, Impuestos, Planificación.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Sant'Ana do Livramento, objeto de abrangência deste estudo, está localizada na região sul do Rio Grande do Sul (RS), distante 498 km de Porto Alegre, capital do Estado. Sua população é de 82.631 habitantes e é o segundo maior município em extensão territorial do estado (IBGE, 2010) A economia do município é baseada na pecuária, agricultura e viticultura, além disso, conta com os impostos próprios arrecadados no município e também os que são repassados pelo estado, como por exemplo, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Sabe-se que a receita pública é imprescindível para a formação do orçamento dos municípios, pois é por meio dela que é feita a previsão de receitas para que o governo organize suas despesas. O Estado, então, assegura por meio dos recursos de política fiscal a entrada de recursos públicos, que serão utilizados para cumprir suas funções básicas.

No ano de 2010 foi iniciado pela Eletrobrás um investimento no município de Sant'Ana do Livramento: o Complexo Eólico Cerro Chato. A primeira etapa foi concluída em abril de 2011 e passou a operar no ano de 2012, gerando empregos e entrada de ICMS para o município. Destaca-se a importância do Complexo Cerro Chato para a economia, não só para o aumento de receita pública, mas também para aumentar a receita do Estado, além disso esta serve para estabilizar o sistema de distribuição de energia, tornando-se assim fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A partir do funcionamento do Complexo Eólico, o tema de aumento da arrecadação municipal veio a tona.

A receita pública é fundamental no processo orçamentário, pois condiciona a capacidade governamental de realizar despesas. O Estado garante através dos mecanismos de política fiscal a entrada de recursos públicos, que servirão para desempenhar suas funções básicas (SCHNORRENBARGER et al., 2014). Já o ICMS foi criado em 1965, substituindo o IVC (Imposto Sobre Vendas e Consignações). Entrou em vigor no ano de 1989 por meio da Constituição Federal de 1988, sendo de competência do Estado e do Distrito Federal, e parte é repassado para os municípios. O ICMS equivale quase a 50% (cinquenta por cento) da receita da maior parte dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a determinação da Constituição Federal é que o Estado repasse 25% do ICMS recolhido para os municípios (VALOR TRIBUTÁRIO, 2012).

“No Rio Grande do Sul, a legislação sobre a incidência do ICMS está definida na Lei 8820, de 27 de janeiro de 1989 e regulamentada através do Decreto 37699, de 26 de agosto de 1997. A metodologia de cálculo que determina o índice de participação de cada município no percentual de 25% do produto da arrecadação do ICMS está descrita na Lei nº 11.038, de 14 de novembro de 1997” (SCHNORRENBARGER et al., 2014, p. 128)

Então é por meio desse imposto que o Estado e o Distrito Federal, que são os responsáveis pela arrecadação de ICMS, repassam para os municípios, para que assim possam estruturar seu orçamento. Assim, para Sant'Ana do Livramento o ICMS é fundamental para organizar as receitas do município, e com a implantação do Complexo Eólico Cerro Chato esse imposto passou a ter um repasse maior. Portanto, cabe investigar qual o papel da Usina Eólica na composição de receita do município, verificando sua representatividade e evolução. Por esta razão este artigo

possui como problema de pesquisa: Qual a evolução do ICMS de Sant'Ana do Livramento nos anos de 2011 à 2015, desde o estabelecimento do Complexo Eólico?

Para responder tal questionamento o artigo possui como objetivo geral analisar a evolução do ICMS de Sant'Ana do Livramento de 2011 a 2015. Com os seguintes objetivos específicos: a) identificar a tendência de arrecadação no período de 2011 a 2015; b) verificar a representatividade da Usina Eólica no ICMS do município; c) comparar a evolução do ICMS da Usina Eólica com os demais setores econômicos do município.

A pesquisa justifica-se pois o ICMS é uma das principais origens de receita para todos os Estados brasileiros, essa receita é fundamental para a estabilidade financeira na ampla maioria das cidades, principalmente as que estão localizadas no Rio Grande do Sul.

Trata-se de um tema bastante pertinente, saber como se deu essa na evolução de ICMS, no período em que ainda não havia a usina eólica até quando passou a ter esse crédito adicional na receita, e como os gestores públicos municipais organizaram esse novo recebimento. Este artigo apresenta relevância pois ainda não existe nenhum estudo sobre como impactou na receita pública a entrada do ICMS pago pelo Complexo Eólico Cerro Chato, e esta pesquisa visa abordar esse tema analisando dados e fazendo comparativos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste artigo foi constituído em dois tópicos, o primeiro que trata sobre a história dos impostos no Brasil, tópico pertinente pois para analisar a importância desses repasses precisamos saber a sua história, e o segundo sobre a importância do ICMS, imposto tema deste artigo. Foram utilizados como embasamento teórico autores que se destinam a estudar sobre legislação tributária e sistemas fiscais.

2.1 História e Surgimento dos Impostos no Brasil

Segundo Yamao (2014), a cobrança de impostos começou junto com os homens das cavernas, onde havia os primeiros sinais de sociedade, pois tais pessoas entenderam que era mais conveniente conseguir segurança e comida estando junto com outros que possuíssem habilidades que eles não possuíam então o grupo se complementava, e assim reuniam forças para lutar e caçar.

À medida que o tempo foi passando esses pequenos grupos de pessoas foram se expandindo e então veio a necessidade de se ter uma organização mais estruturada dentro do coletivo, foi criada a figura de líder, uma pessoa era escolhida pelo grupo para cuidar dos interesses do mesmo (YAMAQ, 2014).

Ainda, Yamao (2014) afirma que os tributos da época eram repassados pela comunidade através de donativos voluntários, pensando na comodidade da mesma e por estima ao líder. Então, com o tempo, surgiram novas comunidades e as contribuições que antes eram donativos voluntários passaram a ser obrigatórias, dando início a escrita e o pagamento obrigatório de tributos, onde as pessoas passaram a ter deveres e obrigações dentro de uma sociedade.

Afirma Yamao (2014, p. 42):

A primeira referência aos tributos são de Heródoto, por volta de 4.000 a.C., acerca da tributação sobre o tráfego nos rios entre os países ativos comercial e economicamente, e sobre a produção, seguido por registros no antigo Egito, entre os anos de 3.200 a.C. a 32 a.C., onde havia a divisão hierárquica das pessoas: quem dava as ordens, quem fazia com que as ordens fossem colocadas em prática e os que eram obrigados a obedecer. Naquela época, quem pagava os impostos eram da classe trabalhadora (artesãos, comerciantes e camponeses). Com a evolução dos povos e o surgimento da democracia, as arrecadações deixam de existir somente para financiar o interesse de poucos, e passam a servir para buscar melhorias aos mais necessitados, almejando a igualdade dos indivíduos componentes de uma sociedade. Excetuando-se um primeiro momento da História da humanidade, os impostos têm origem nas atividades comerciais. Conforme o comércio se aprimorava, houve necessidade de se criar meios de proteção, seja contra saques ou entre produtos internos e externos.

Da mesma forma, Barros (2012) aponta que desde os primórdios da sociedade existe a tributação, principalmente ao que diz respeito à história do Brasil que o único objetivo dos colonizadores portugueses era enriquecer e engrandecer a própria sede, no caso Portugal. O imposto cobrado pelos portugueses era obrigatório, sendo cobrado em qualquer tipo de produção.

Na época, não havia uma regra pré-estabelecida para as quotas de tributos que seriam cobrados da colônia, utilizavam então como regra recolher a quinta parte de tudo que era confeccionado na comunidade, independente de ser bens ou ouro. A quantia que era arrecadada era utilizada para manter os gastos da Corte Local, sendo que a maior quantia de valores era direcionada para a Corte Portuguesa, ficando claro que os impostos recolhidos da colônia não era usufruído pela comunidade local (BARROS, 2012).

Para Barros (2012), por volta de 1530 foi criado o primeiro imposto cobrado em território brasileiro, que resultou da exploração do Pau-Brasil. Esse tributo era repassado imediatamente para a Coroa portuguesa na forma de mercadoria, nesse caso o próprio Pau-Brasil, a porcentagem paga era de 20% (vinte por cento) de produto explorado. Quem atrasasse ou não pagasse esse tributo era preso pelos responsáveis por recolher os tributos.

Já Meira (2011) defende que o povo brasileiro estava em uma condição de revolta, pois eram explorados com a cobrança de uma taxa muito alta de impostos pelo rei de Portugal, sem receberem nenhuma melhoria na sociedade em que estavam inseridos. Foi então que se iniciou o movimento chamado “Inconfidência Mineira”, porém este movimento acabou por ser fracassado, os revolucionários foram presos e o seu líder Tiradentes foi enforcado para que assim servisse de exemplo, e não acontecesse novas revoltas.

Conforme Meira (2011) só foram criadas leis tributárias após a independência do Brasil, assim os impostos pagos antes para o rei de Portugal passaram a ser pagos por meio da lei para o Governo Brasileiro. Nesse período já havia um pensamento de se dar um objetivo social aos impostos. Foi então que no ano de 1966 foi criado o Código Tributário Nacional, que ficou autorizado por lei a cobrança de impostos no Brasil, código este que continua vigente até os dias atuais.

“A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, ao regulamentar o ICMS— imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação —, além de preencher uma lacuna existente desde a promulgação da Constituição de 1988, introduziu importantes alterações nas características econômicas deste tributo, que é a principal fonte de receita dos estados brasileiros.”(Varsano, 1977, p.1)

Conforme Yang (2014) ICMS é um imposto que possui grande influência em vários setores econômicos do país. A variação deste imposto, tanto para mais ou para menos pode interferir nos negócios do produtor até o consumidor final.

2.2 ICMS: importância e utilização pelos municípios

Afirma Yamao (2014) que em meados de 1965, depois da reforma tributária, foi criada uma emenda constitucional nº 18 que continha as alterações da nova fase de impostos, contendo algumas modificações sobre a nova etapa dos tributos no Brasil, alterando então o antigo imposto IVC para o atual ICMS. Explica que a diferença entre IVC e ICMS é a não-cumulatividade, imitando o modelo de imposto francês IVA (Imposto Sobre Valor Adicionado).

Segundo Baratto (2005) passou mais de quarenta anos desde que foi criado o Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual e Comunicação, o ICMS. “O ICMS é, atualmente, o tributo que ostenta a primeira posição no ranking de arrecadação no Brasil, com R\$ 138,275 bilhões em 2004, o equivalente a 22,15% da carga tributária total do país e 7,82% do Produto Interno Bruto.” (BARATTO, 2005, p. 01).

Após a saída do regime militar e com o início do Estado de Direito, foi decretada a Constituição Federal que é vigente até hoje, publicada em 1988, assim transformando então o ICMS em Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços. Este imposto implica em transporte, comunicações, importação de mercadorias, serviços prestados no exterior, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes minerais (YAMAO, 2014).

Desta forma, Yamao (2014) descreve que ICMS é um imposto cobrado pelo Estado, de acordo com a Constituição Federal, segundo o art. 155, e possui regras estabelecidas pela Lei Complementar 87/96 e regulamentadas através de leis originárias estaduais. Permaneceu então o preceito da não-cumulatividade, oferecendo então créditos que são debitados do valor devido a entidade tributária, depois da verificação das entradas e saídas de produtos.

“De acordo com o impostômetro o ICMS é responsável por mais de 18% da receita com imposto do Brasil, contendo uma das maiores alíquotas existente no país, gerando mais de 350 bilhões de reais em arrecadação ao ano e tendo assim uma extrema importância a nível nacional.” (Bezerra, 2016, p. 18)

Segundo Piancastelli e Perobelliv (1996) “o ICM se tornou um dos mais importantes tributos do país, cuja arrecadação se situa entre 8% e 9% do PIE, e a maior fonte de recursos dos governos estaduais.”

E diz ainda que o ICMS possui alíquotas mais caras para produtos considerados não essenciais para o cotidiano ou que fazem mal à saúde, a exemplo

de cigarros e bebidas alcoólicas, e a produtos indispensáveis para o cotidiano são aplicadas alíquotas mais amenas ou até dispensa do imposto. Então, com a intenção de reduzir as vendas e assim o consumo de produtos que prejudicam a saúde, à alíquota utilizada é de 25%, pois com o imposto mais caro será elevado o valor do produto (YAMAQ, 2014).

O ICMS, por sua vez, teve sua história iniciada no momento em que terminou o império brasileiro e se deu início à primeira República, é um imposto que sempre teve como cerne a tributação do consumo, gerando assim uma inicial inexpressiva arrecadação, mas se mostrando cada vez mais importante até se tornar a maior fonte de arrecadação tributária do país. A mudança do IVM para o IVC não apresentou grandes evoluções, porém tão logo fora transformado em ICM, após uma verdadeira reforma tributária, que mudaria toda a forma de arrecadação no Brasil, quando se criou, efetivamente, um sistema tributário nacional, ele passa a ter maior fluidez e ser menos oneroso para o consumidor final, que é quem de fato arca com o encargo tributário (YAMAQ, 2014, p.50).

Monte e Silva (2009) citam que a transferência de ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, a municípios foi estabelecido na Constituição Federal de 1988, no artigo 158, inciso IV. Esta define que o Estado tem o direito a 75% do montante arrecadado, e os 25% que restam devem ser repassados aos municípios.

Schnorrenberger et al. (2014) destacam que os municípios, além das receitas próprias resultantes de impostos cobrados, como por exemplo IPTU, precisa das receitas que são repassadas pela União e Estado, pois estas são indispensáveis para organizar o orçamento dos municípios. Nesse grupo de receitas está incluída o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), este é estabelecido pelo número de indivíduos de cada município e pela cota-parte do ICMS.

Então, Schnorrenberger et al. (2014) afirmam que essas transferências possuem um papel extremamente importante para garantir a estabilidade do orçamento municipal, especialmente para municípios pequenos que possuem menor desenvolvimento econômico, pois é caracterizada como uma receita estável, por ser um repasse estabelecido pela Constituição Federal.

3. METODOLOGIA

A pesquisa escolhida para ser aplicada neste projeto é descritiva. Segundo Gil (2002) a pesquisa descritiva é caracterizada por observar e analisar dados coletados de um grupo sem que o pesquisador interfira.

“As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2002, p. 42)

A abordagem da pesquisa foi quantitativa, pois foram analisados dados numéricos. A fonte de dados da pesquisa foram dados secundários, obtidos pelo método de levantamento. Dados secundários são dados que já foram recolhidos, organizados, porém não utilizados em um tipo de pesquisa específico. “São os dados que já foram coletados, tabulados, ordenados e, algumas vezes, já

analisados: publicações (censo demográfico, industrial, etc.), relatórios e manuais da organização, pesquisas já desenvolvidas” (ZANELLA, 2006, p. 97).

Os dados levantados foram o volume anual, em reais, de arrecadação de ICMS por empresa em Santana do Livramento no período de 2011 a 2015. Esses dados foram fornecidos pela Secretaria da Fazenda do município. Após, os dados foram exportados para planilhas, tabulados e classificados em arrecadação por setores econômicos: a saber: Comércio Vestuário, Comércio Medicamentos, Comércio Construção Civil, Comércio Móveis e Eletro, Comércio Combustíveis, Comércio Supermercados, Agroindústria, Departamento de Água e Esgoto (DAE), Complexo Eólico e Outros.

A técnica de análise dos dados foi a estatística descritiva, por meio de representações gráficas e distribuições de frequência. Ainda, para análise da evolução real do ICMS municipal, os valores correntes da variável de contribuição foram corrigidos monetariamente pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, tornando-os constantes à Março de 2018. Por fim os dados foram apresentados e discutidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados trabalhados na pesquisa, a Figura 1 apresenta a evolução do ICMS no município de Sant’Ana do Livramento de 2011 a 2015, com valores corrigidos pelo IGP-DI para março de 2018.

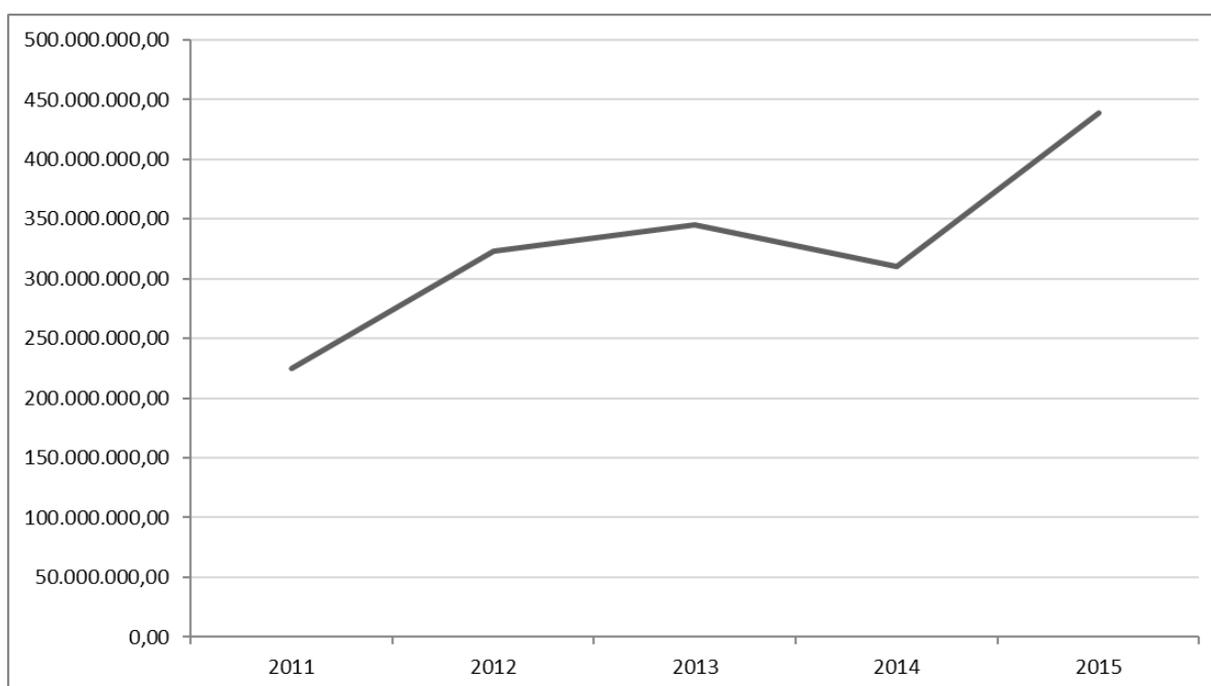


Figura 1 - Evolução real do ICMS no município de Santana do Livramento – RS de 2011 à 2015.

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se na Figura 1 que o repasse de ICMS de Sant'Ana do Livramento apresentou uma elevação significativa no período de 2011 a 2015. Dessa forma, pode-se afirmar que a instalação da usina Eólica Cerro Chato ajudou a aumentar essa arrecadação. Outros setores também auxiliaram nesse aumento, como comércio – supermercados, combustíveis, agroindústria, entre outros.

Entende-se que o município de Sant'Ana do Livramento passou a arrecadar mais impostos ao longo dos anos, tendo assim mais recursos para serem aplicados em melhorias para o município, como educação, saúde, reformas, construções entre outros tantos setores municipais que necessitam de atenção.

De 2011 a 2015 verifica-se um aumento real de arrecadação de ICMS de 94,93%, atingindo no último ano um valor aproximado de R\$ 439 milhões. Essa expansão pode estar atrelada a instalação do complexo eólico e também ao crescimento da economia registrado em todo Brasil no mesmo período.

A Figura 2 apresenta a participação de cada setor econômico na composição total do ICMS de Santana do Livramento no período de 2011 a 2015.

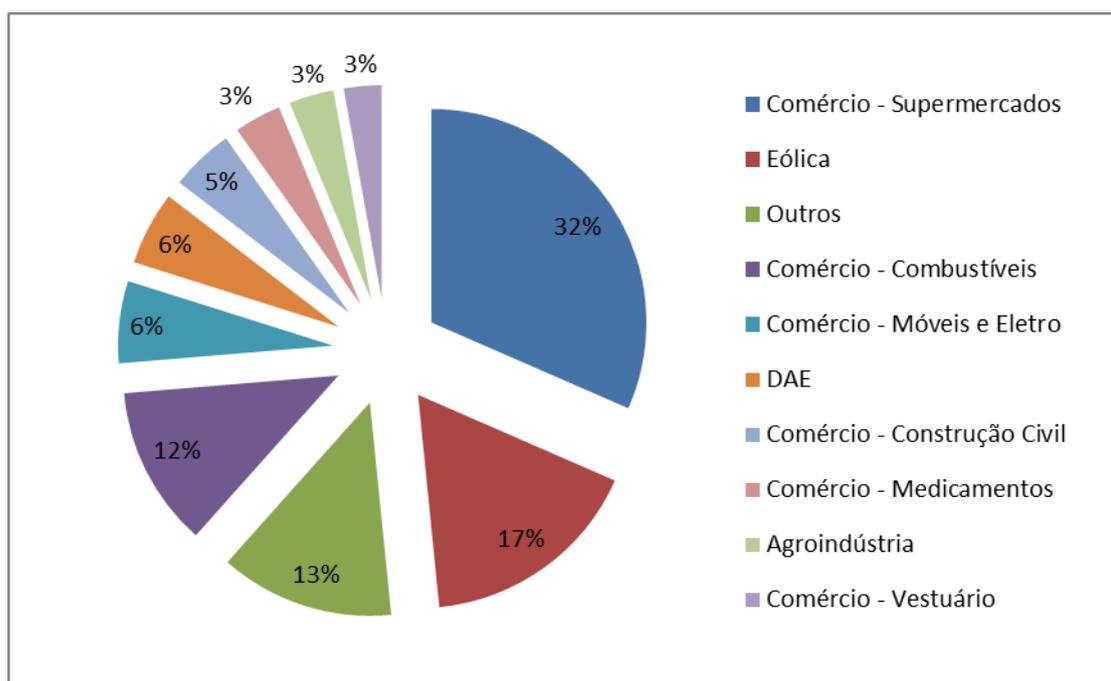


Figura 2 - Análise da porcentagem do ICMS repassado para o município de Sant'Ana do Livramento – RS de 2011 à 2015.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 2 pode-se visualizar a porcentagem de ICMS repassado para o município de Santana do Livramento, percebendo então que os setores de Comércio Supermercados, Eólica e Comércio Combustíveis somam aproximadamente 62 % do ICMS do município no período. Assim, esses são os principais setores econômicos de arrecadação de ICMS em Santana do Livramento.

A receita transferida aos municípios tem adquirido significativa importância no que se refere ao aumento da arrecadação própria, ou seja, tem efetivado a arrecadação de tributos da sua competência constitucional.(ALMEIDA, 2009).

Percebe-se que no município existem muitos comércios atuantes no ramo alimentício, estes setores são fundamentais para o aumento de arrecadação própria de imposto. Tratam-se de setores que a prefeitura deve estimular. Ainda, destaca-se que apesar do município ter forte vinculação agropecuária, sua industrialização ainda é muito limitante, resultando em apenas 3% de arrecadação com ICMS. Portanto, Santana do Livramento devea sua receita, em especial, ao comércio alimentício, de combustíveis e o complexo eólico

A Figura 3 apresenta a evolução da composição do ICMS do município por atividade econômica de 2011 a 2015. O gráfico possibilita visualizar as mudanças ocorridas de arrecadação em cada setor econômico.

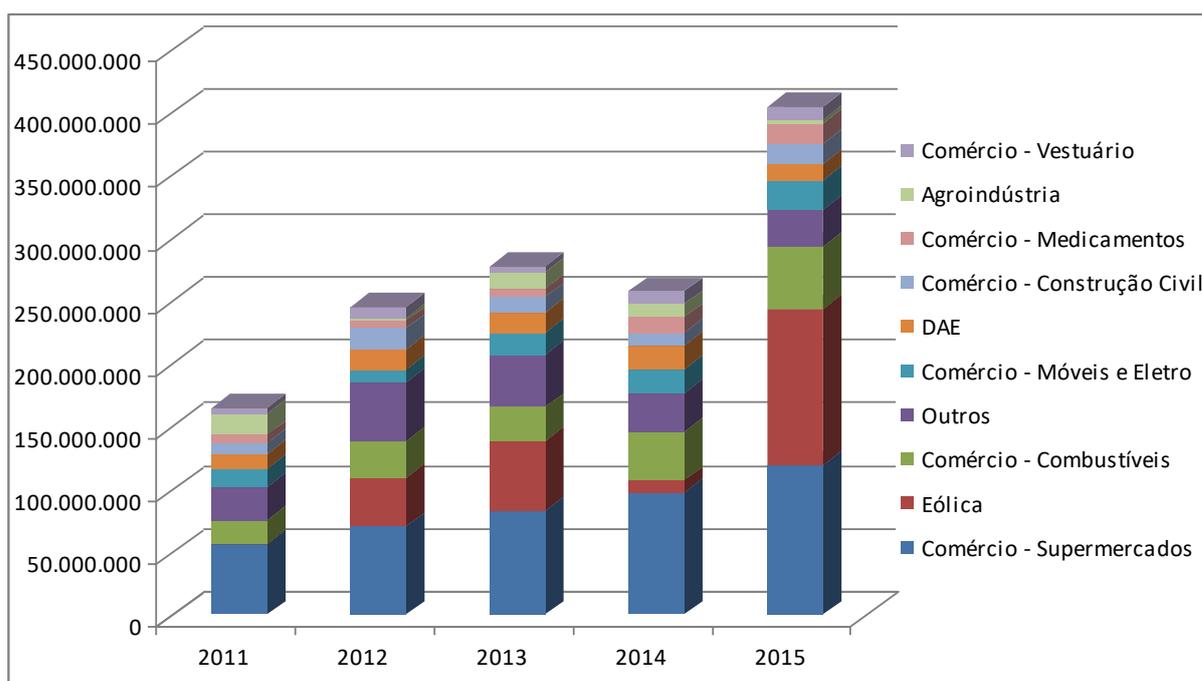


Figura 3 – Composição do ICMS em setores econômicos no município de Santana do Livramento – RS de 2011 à 2015.

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando o seguinte gráfico de colunas pode perceber que no ano de 2011, onde ainda não havia o repasse do ICMS da Eólica, a arrecadação foi bem menor em comparação aos anos seguintes, sendo o setor de comércio-supermercados a principal fonte de arrecadação. Encontra-se em 2011 também entre as principais arrecadações os combustíveis e os outros setores.

No ano de 2012 começa o repasse da Eólica para o município, ainda sim menor que a principal fonte de arrecadação (comércio – supermercados). Já no ano seguinte 2013, o repasse da Eólica aumentou, tendo uma queda no ano de 2014.

Por sua vez no ano de 2015 o repasse de ICMS da Eólica ultrapassou o setor comércio – supermercados, tornando-se a principal arrecadação do município de Santana do Livramento, com aproximadamente 30% do total arrecadado. Nota-se também a redução do ICMS proporcional do setor de agroindústria ao longo dos anos analisados.

Percebe-se então que o município possui vários setores que repassam ICMS, porém com a instalação da Usina Eólica o valor repassado passou a aumentar, fornecendo mais receita para o município. Em conjunto com a Eólica, destaca-se também um crescimento da participação do comércio alimentício e de combustíveis, aumentando a concentração de arrecadação nesses três setores, chegando em 2015 com um total aproximado de 72% do volume arrecadado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como tema central a evolução do ICMS em Santana do Livramento fazendo uma análise comparativa da contribuição da Eólica com demais setores econômicos, tendo como referência os anos de 2011 à 2015.

O referencial teórico expressou os pensamentos de vários autores, que dedicam-se sobre o repasse de impostos para municípios, receitas próprias, autores que publicaram estudos na área fiscal e legislação tributária. Com a intenção de concluir a pesquisa, foram estabelecidos objetivos específicos que foram auferidos identificando a tendência de arrecadação no período de 2011 a 2015, verificando a representatividade da Usina Eólica no ICMS do município, comparando a evolução do ICMS da Usina Eólica com os demais setores econômicos do município.

A hipótese levantada no início da pesquisa presumia que com a implantação do Complexo Eólico Cerro Chato o ICMS do município de Sant'Ana do Livramento havia aumentado entre os anos 2011 à 2015. Para se testar a hipótese levantada analisou-se os dados de arrecadação por empresa fornecidos pela secretaria da Fazenda do município de Sant'Ana do Livramento- RS. A partir da análise, os resultados demonstraram que o repasse de ICMS da Eólica aumentou consideravelmente a receita do município, estando o Complexo entre um dos principais setores de arrecadação. Ainda, a arrecadação total de ICMS teve um aumento real de 94% no período analisado.

Ficou constatado então que a vinda da Usina Eólica para a cidade de Sant'Ana do Livramento trouxe consigo um aumento de receita, porém não é a única grande fonte de ICMS do município. Os setores de comércio no ramo alimentício e combustível também se destacam na composição de arrecadação do ICMS de 2011 a 2015.

As limitações encontradas na pesquisa foram a falta de organização dos dados apresentados pela Secretaria da Fazenda, pois os dados de repasse de ICMS não estavam separados por setores, e limitação de séries de dados mais atuais, não sendo disponibilizadas informações de 2016 e 2017, a pesquisadora tentou obter

dados de anos anteriores, porém a Secretaria da Fazenda disponibilizou apenas dos anos de 2011 á 2015.

Para estudos futuros recomenda-se uma pesquisa para analisar como o aumento de receita foi utilizado na gestão pública municipal e seu impacto em melhorias (ou não) no município de Sant'Ana do Livramento-RS.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danielle Guimarães de. **Um estudo sobre a arrecadação de impostos pelo município de Paço do Lumiar: Uma abordagem sobre tributos municipais**, São Luís, 2009. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/media/tcc/2015/06/UM-ESTUDO-SOBREAARRECADA%C3%87%C3%83O-DEIMPOSTOS.pdf>>. Acesso em: 19 Maio 2018.

BARROS, Fernanda Monteleone. **A evolução das obrigações tributárias nas constituições brasileiras e os reflexos no atual regime tributário de energia elétrica**. Brasília: IDP, 2012. Disponível em: <http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/243/Monografia_Fernanda%20Monteleone%20Barros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 Maio 2017.

BARATTO, Gedalva. **ICMS: Alternativas Para Tributar As Operações E Prestações Interestaduais E Para Partilhar O Produto Da Arrecadação**, Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/Teses%20Doutorado/Gedalva%20Baratto.pdf>>. Acesso em: 18 Maio 2017.

BEZERRA, Edivan da Costa. **Impacto dos ajustes fiscais na arrecadação do ICMS, nos estados da região nordeste**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad023.pdf>>. Acesso em: 18 Maio 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades - Sant'Ana do Livramento**. 2010. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431710>>. Acesso em: 28 Maio 2017.

MEIRA, Edelsilene Lopes. **Educação Fiscal**, Vale do Rio Doce/RS, 2011. Disponível em: <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Educacaofiscal.pdf>>. Acesso em: 24 Maio 2017.

MONTE, Marco Antonio; SILVA, Márcio Lopes da. **Análise do repasse do ICMS Ecológico aos municípios do Estado de Minas Gerais**, v. 15, n. 4, p. 391-397, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.sifloresta.ufv.br/bitstream/handle/123456789/15954/Cerne_v15_n4_p391-397_2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 Maio 2017.

PIANCASTELLI, Marcelo; PEROBELLI, Fernando. **ICMS: evolução recente e guerra fiscal**. 1996.

RODRIGUES, William Costa et al. **Metodologia científica**. Faetec/IST. Paracambi, 2007. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8672aula_04_-_william_costa_-_metodologia_cientyfica_pdf.pdf>. Acesso em: 29 Maio 2017.

SCHNORRENBARGER, Adalberto Almeida et al. **Importância Da Produção Primária No Retorno Do Icms Nos Municípios Do Vale Do Taquari/RS**. *Revista Políticas Públicas*, v. 18, n. 1, p. 128, 2014.

Valor Tributário. **Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços**, 2012. Disponível em: <https://www.valortributario.com.br/tributos/icms/>. Acesso em: 28 Maio 2017.

VARSANO, Ricardo. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde**. 1997

YAMAOKA, Celina. **A História Do Imposto Sobre Circulação De Mercadorias–Do Ivm Ao ICMS**. *Revista Jurídica*, v. 3, n. 36, p. 40-53, 2014.

YANG, Jonathan Gwoshen. **Análise econômica do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)**. 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_20132/Modulo_1/Metodologia_Pesquisa/material_didatico/Livro-texto%20metodologia.PDF>. Acesso em: 29 Maio 2017.